



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS/AM CGM/SEMMAS

TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO (TMCI)

TIPO 3 – AMARELA

MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por setenta questões objetivas.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas. Caso haja erro de preenchimento, a Folha não será substituída.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, assinada no local indicado, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



CARGO/ESPECIALIDADE: TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO (TMCI)

LÍNGUA PORTUGUESA

ChatGPT não é analista: o perigo da falsa competência digital

Há uma epidemia invisível que começa a se espalhar no mundo corporativo: profissionais que utilizam ferramentas de Inteligência Artificial sem realmente entender os dados, a lógica ou o significado por trás deles. Relatórios e apresentações impecáveis à primeira vista, mas que revelam, em poucos minutos de leitura, que quem os produziu não entendeu o que estava dizendo.

Recentemente, um cliente pediu ao seu líder de área de vendas que elaborasse uma planilha com indicadores básicos de desempenho: vendas, conversão, *ticket* médio e *churn*. O profissional reuniu os dados, mas, em vez de fazer uma análise real, pediu à IA para gerar um relatório com conclusões.

Em segundos, o sistema devolveu um belo relatório com frases de efeito: “O *ticket* médio caiu devido à perda de foco no pós-venda” e também “A conversão subiu por conta do novo *layout* do *e-commerce*”.

Soa convincente, mas há um detalhe inacreditável: a empresa não tem *e-commerce* e o profissional sequer revisou esse detalhe antes de compartilhar a brilhante conclusão. Quanto aos demais indicadores, ele também não soube justificar ou explicar a metodologia, a lógica nem as variáveis envolvidas.

Em outro caso, também recente, o profissional trouxe um “laudo” em que pediu ao *ChatGPT* para avaliar a construção da meta do mês, apontando os riscos de gerar *burnout* no time de vendas.

Seria cômico se não fosse preocupante: profissionais sustentando posições em castelos de areia e correndo o risco de que decisões importantes sejam tomadas com base em conclusões fabricadas por uma IA que não tem contexto nem senso de causalidade.

Essa prática de delegar à IA o pensamento analítico cria o que chamo de “falsa competência digital”: o profissional parece produtivo, parece técnico, mas, na verdade, perdeu o controle sobre o raciocínio.

E isso já está sendo observado cientificamente. Um estudo publicado na revista *Humanities and Social Sciences Communications* (*Nature*, 2023), conduzido com estudantes do Paquistão e da China, mostrou que o uso indiscriminado da Inteligência Artificial está associado a uma perda expressiva da capacidade de tomada de decisão humana: 27,7% dos participantes relataram dependência cognitiva ou “preguiça mental” ao delegar análises à IA.

Outro estudo, *AI Tools in Society: Impacts on Cognitive Offloading* (MDPI, 2024), aponta um fenômeno semelhante: pessoas que dependem de IA para tarefas analíticas passam a desenvolver menor proficiência em raciocínio independente, confiando demais nas respostas automatizadas, mesmo quando incorretas.

Ambas as pesquisas confirmam o que já se percebe no dia a dia corporativo: quanto mais terceirizamos o pensamento, mais perdemos o domínio sobre ele.

O verdadeiro diferencial está em quem pensa com a IA, e não por meio dela.

E isso exige domínio dos fundamentos, como entender indicadores, testar hipóteses, validar correlações e aplicar senso crítico sobre cada conclusão gerada.

A Inteligência Artificial está mudando tudo, menos o essencial: a necessidade de pensar. O futuro do trabalho exigirá menos operadores de ferramenta e mais curadores de sentido. Porque, no fim, a IA só é inteligente quando quem a usa também é.

O profissional do amanhã não será definido pela velocidade da entrega, mas pela profundidade do raciocínio.

(Por Cecília Rapassi. Disponível em: <https://mercadoconsumo.com.br>. Acesso em: dezembro de 2025. Adaptado.)

Questão 01

Em “*Há uma epidemia invisível que começa a se espalhar no mundo corporativo: profissionais que utilizam ferramentas de Inteligência Artificial sem realmente entender os dados, a lógica ou o significado por trás deles. Relatórios e apresentações impecáveis à primeira vista, mas que revelam, em poucos minutos de leitura, que quem os produziu não entendeu o que estava dizendo.*” (1º§), sem que haja prejuízo de correção gramatical e semântica, pode-se afirmar que:

- A) O emprego da forma verbal “*há*” indica uma particularidade que distingue o verbo “*haver*” do verbo “*existir*” quanto ao sentido empregado no trecho destacado.
- B) Independentemente de variações gramaticais quanto ao referente “*epidemia invisível*”, as formas verbais “*há*” e “*começa*” deverão permanecer inalteráveis.
- C) Ao substituir “*epidemia invisível*” por seu equivalente no plural, a alteração da forma verbal “*há*” seria uma inadequação gramatical de acordo com a norma padrão.
- D) Tanto “*utilizam*” quanto “*revelam*” são formas verbais que foram empregadas estabelecendo concordância com o mesmo referente, por isso apresentam-se na forma do plural.



Questão 02

No trecho do texto compreendido entre o 2º§ e o 6º§ é possível reconhecer a utilização de uma estratégia que contribui para que o desenvolvimento dos argumentos textuais ocorra de modo adequado. De acordo com o exposto, assinale a afirmativa correta.

- A) Os dois exemplos apresentados no referido trecho indicam situações que se opõem quanto ao significado das atitudes praticadas pelos envolvidos.
- B) O trecho referido no enunciado apresenta duas narrativas que exemplificam e justificam de forma coerente o título atribuído ao texto a partir de inferências possíveis.
- C) Os resultados apresentados diante das situações reais evidenciadas demonstram que há riscos esperados quanto ao uso da inteligência artificial que são revistos e eliminados com práticas conscientes apresentadas no caso do segundo exemplo relatado.
- D) Ao utilizar a expressão “Recentemente” para introduzir o 2º§, é possível constatar a intenção do enunciado em atribuir à temática desenvolvida a característica de atualidade, atraindo e modificando comportamentos e pensamentos do público-alvo, jovens da contemporaneidade.

Questão 03

Acerca do título do texto – “ChatGPT não é analista: o perigo da falsa competência digital” – é possível afirmar que:

- A) Constitui-se de uma oposição e afirmativa explicativa.
- B) Indica que a articulista é completamente contrária à utilização da inteligência artificial.
- C) A negativa de uma caracterização antecipa a perspectiva que será combatida no texto.
- D) Inteligência artificial trata-se apenas de um atrativo textual, e não referência à principal discussão.

Questão 04

Considerando o conteúdo do texto, assinale a afirmativa correta.

- A) O texto é introduzido por uma afirmativa que se apresenta como uma perspectiva da autora diante das situações e desenvolvimento apresentado a seguir.
- B) Em “O verdadeiro diferencial está em quem pensa com a IA, e não por meio dela.” (11º§), está implícito que o pensamento do século atual, baseado em inteligência artificial, é predominante.
- C) Pode-se afirmar que as opiniões da autora em todo o texto são marcadas por elementos linguísticos que demonstram um exagero intencional em sua expressão, com o objetivo de atrair a atenção do interlocutor.
- D) A expressão “Seria cômico se não fosse preocupante: [...]”, (6º§) demonstra que, em momentos específicos, a autora indica que há dúvidas em relação a determinadas conclusões quanto ao uso da inteligência artificial.

Questão 05

Considerando os aspectos composicionais do texto apresentado, assim como o conteúdo desenvolvido, pode-se afirmar que o principal objetivo comunicativo do texto é:

- A) Esclarecer acerca do texto dissertativo-argumentativo.
- B) Explicar e desenvolver o recurso retórico da argumentação com propriedade e assertividade.
- C) Expressar e defender um ponto de vista sobre determinado tema de relevância social, de modo persuasivo.
- D) Conferir ao provável interlocutor a possibilidade de adquirir conhecimento pleno sobre o assunto desenvolvido.

Questão 06

Em “Seria cômico se não fosse preocupante: profissionais sustentando posições em castelos de areia e correndo o risco de que decisões importantes sejam tomadas com base em conclusões fabricadas por uma IA que não tem contexto nem senso de causalidade.” (6º§), é possível inferir, a partir da expressão grifada, que:

- A) Alguns profissionais têm demonstrado posicionamentos frágeis e instáveis atrelados a escolhas feitas com base em inteligência artificial.
- B) A corrida pelo sucesso através do uso da inteligência artificial tem provocado preocupações considerando a alta competitividade sem precedentes.
- C) O uso da tecnologia contemporânea tem se mostrado ineficaz quando o assunto se refere a decisões importantes nos mais variados setores da sociedade.
- D) Em comparação com o século passado, o avanço da tecnologia mostra-se incalculável, justificando o uso da expressão “castelo de areia”, demonstrando ser um sonho que se tornou realidade.



Questão 07

Considerando o texto apresentado, analise as afirmativas a seguir.

- I. Segundo o texto, a produtividade do profissional contemporâneo, nas mais variadas áreas de atuação, tornou-se dependente do uso da inteligência artificial, qualitativamente.
- II. Ferramentas tecnológicas como a IA têm seu uso positivamente significativo quando não demonstram ser um recurso plenamente substitutivo e independente.
- III. A “*epidemia invisível*” (1º§), de acordo com o texto, é uma realidade instaurada e vivida no cotidiano de ações que envolvem a tomada de decisões importantes.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 08

A reescrita para o trecho “*A Inteligência Artificial está mudando tudo, menos o essencial: a necessidade de pensar. O futuro do trabalho exigirá menos operadores de ferramenta e mais curadores de sentido. Porque, no fim, a IA só é inteligente quando quem a usa também é.*” (13º§), em que estão preservadas as correções gramatical e semântica, está indicada em:

- A) Como a IA só é inteligente quando quem a usa também é, o trabalho, tem exigido menos operadores de ferramenta e mais curadores de sentido; é a mudança provocada pela Inteligência Artificial.
- B) A IA está substituindo tudo, exceto o pensamento. No futuro, não haverá necessidade de interpretar nada, mas, a IA apenas demonstra benefícios quando aqueles que a utilizam o faz de forma consciente.
- C) A Inteligência Artificial está mudando tudo, o uso da IA exige apenas que as pessoas aprendam ferramentas novas, já que pensar se tornará cada vez mais importante no mercado de trabalho. Contudo, a IA só é inteligente quando o usuário é.
- D) A IA está transformando tudo, mas não o que importa: a necessidade de pensar. O futuro do trabalho passará a exigir menos executores de tarefa e mais profissionais capazes de interpretar e dar sentido. Afinal, a inteligência artificial só é inteligente quando quem a usa também é.

Questão 09

Dentre os exemplos a seguir, assinale o que apresenta ocorrência de crase indevida diferentemente do indicado em: “*O profissional reuniu os dados, mas, em vez de fazer uma análise real, pediu à IA para gerar um relatório com conclusões.*” (2º§).

- A) Ficamos na reunião desde às doze horas.
- B) A obediência às regras é uma necessidade.
- C) Fui à escola para verificar os resultados finais, mas já os conhecia.
- D) Quanto mais delegamos responsabilidades às pessoas, melhores poderão se tornar.

Questão 10

De acordo com o texto, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Segundo a autora, “*falsa competência digital*” (7º§), em outras palavras, seria o processo pelo qual o indivíduo passa a utilizar a inteligência artificial de modo impreciso e negativamente comprometido em todos os aspectos.
- () Estudos científicos têm apresentado dados que demonstram e confirmam as inquietações suscitadas no texto acerca do uso da inteligência artificial.
- () Os cientistas demonstram, por meio de pesquisas e dados, que o comprometimento causado pelo uso da inteligência artificial equipara-se ao comprometimento de defasagem de competências já estabelecidas, como, por exemplo, a competência leitora.

A sequência está correta em

- A) F, V, F.
- B) F, V, V.
- C) V, V, F.
- D) V, F, F.



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 11

Considere, hipoteticamente, que a SEMMAS planeja divulgar ações de fiscalização ambiental em redes sociais oficiais e precisa enviar vídeos comprimidos para a equipe técnica. Nesse contexto, sobre redes sociais e compartilhamento digital, assinale a afirmativa correta.

- A) A compressão reduz o tamanho do arquivo, facilitando o *upload*.
- B) Redes sociais não utilizam algoritmos de compactação próprios após o envio.
- C) Redes sociais só aceitam arquivos enviados diretamente da câmera, sem edição.
- D) Arquivos de vídeo não podem ser comprimidos antes do envio para redes sociais.

Questão 12

A Controladoria-Geral do Município de Manaus (CGM) precisa reorganizar digitalmente todos os processos de auditoria de 2022 a 2024 em pastas lógicas para futura fiscalização externa. De acordo com o exposto e, ainda, sobre o gerenciamento de pastas no *Windows 10* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil), assinale a afirmativa correta.

- A) O *Windows* armazena arquivos automaticamente na nuvem por padrão.
- B) Arquivos não podem ser movidos de uma pasta para outra, apenas copiados.
- C) Não é possível visualizar detalhes como tamanho e tipo de arquivo no Explorador.
- D) A pesquisa no *Windows 10* permite localizar arquivos por nome, extensão e conteúdo.

Questão 13

Sobre programas de navegação, como o *Microsoft Edge*, *Firefox* e *Google Chrome*, assinale a afirmativa correta.

- A) O *Chrome* é o único navegador que acessa sítios *https*.
- B) Navegadores não possuem modo de navegação privada.
- C) Todo navegador utiliza o mesmo motor de renderização.
- D) Navegadores permitem limpar *cache* e *cookies* para melhorar o desempenho.

Questão 14

Sobre os *malwares*, ameaças comuns em ambientes corporativos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) *Ransomware* não criptografa arquivos.
- B) *Worms* se espalham automaticamente.
- C) Vírus se espalham por anexos de *e-mail*.
- D) *Malwares* causam danos no desempenho do computador.

Questão 15

Considere, hipoteticamente, que a SEMMAS realizará uma fiscalização ambiental e precisa registrar fotos, textos e coordenadas em seu sistema interno. Durante a tarefa, certo servidor conecta um *pen drive* não autorizado ao computador, gerando alerta do antivírus. Nesse contexto, sobre segurança da informação, assinale a afirmativa correta.

- A) O uso de *firewall* impede completamente qualquer infecção por *malware*.
- B) O *anti-spyware* substitui totalmente o antivírus em máquinas administrativas.
- C) O uso de antivírus é desnecessário em órgãos municipais, pois as máquinas têm acesso restrito.
- D) O *pen drive* não autorizado representa risco de *malware* e deve ser bloqueado por políticas de segurança.

Questão 16

A SEMMAS, ao realizar fiscalização em áreas de proteção permanente, utiliza *tablets* corporativos para registrar autos de infração. Um relatório interno da Secretaria apontou que alguns dispositivos apresentaram comportamentos suspeitos, como coleta não autorizada de localização e histórico de navegação. A equipe técnica precisará reforçar a proteção dos equipamentos, adotando ferramentas adequadas. Sobre as diferenças entre antivírus, *firewall* e *anti-spyware*, assinale a afirmativa correta.

- A) O antivírus atua apenas na identificação de *spyware* ou *trojans*.
- B) O antivírus e o *anti-spyware* exercem exatamente a mesma função e não devem ser instalados juntos.
- C) O *anti-spyware* é indicado para detectar programas que monitoram atividades do usuário sem autorização.
- D) O *firewall* substitui totalmente o antivírus, pois oferece proteção contra qualquer tipo de arquivo malicioso.



Questão 17

Sobre o uso de sítios de busca e pesquisa na *Internet*, assinale a afirmativa correta.

- A) O *Bing* não permite buscas por arquivos PDF.
- B) Os buscadores não permitem filtros por data.
- C) Pelo *Google* é possível pesquisar apenas *sites* brasileiros.
- D) É possível utilizar operadores como AND, OR e aspas para pesquisas avançadas.

Questão 18

Um servidor da SEMMAS precisa elaborar notificações ambientais padronizadas, utilizando o *Microsoft Word* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil), e enviá-las para as empresas autuadas por despejo irregular de resíduos. Nesse contexto, sobre as ferramentas de edição do *Word*, assinale a afirmativa correta.

- A) O recurso “Estilos” permite padronizar títulos e textos, facilitando a criação de documentos oficiais.
- B) A função “Localizar e Substituir” altera apenas palavras inteiras, sem permitir ajustes de formatação.
- C) A verificação ortográfica funciona apenas em inglês, sendo necessário o complemento para português.
- D) O *Word* não permite a criação de modelos (.dotx), sendo necessário refazer o documento manualmente.

Questão 19

Na Controladoria-Geral do Município de Manaus (CGM) é comum a elaboração de relatórios de auditoria interna que precisam ser organizados de forma padronizada para facilitar a fiscalização e o controle. Nesse contexto, um técnico precisa estruturar as pastas no *Windows 10* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil) para armazenar documentos referentes a uma auditoria em contratos de coleta de resíduos sólidos. Sobre organização de arquivos e pastas no ambiente *Windows*, assinale a afirmativa correta.

- A) A criação de subpastas específicas prejudica o acesso rápido às informações e não é recomendada em auditorias.
- B) O *Windows* não permite renomear pastas após sua criação; portanto, o técnico deverá apagá-las e criá-las novamente.
- C) A utilização do Explorador de Arquivos permite organizar pastas por nome, data e tipo, facilitando o controle documental.
- D) O sistema *Windows* impede que pastas sejam compartilhadas em rede interna, sendo necessário utilizar *softwares* externos.

Questão 20

Durante uma auditoria interna na Controladoria-Geral do Município de Manaus (CGM), o técnico responsável identificou que os computadores utilizados para análise de licitações estão com versões desatualizadas do *software* de leitura de PDFs. Sobre a instalação, remoção e atualização de programas em ambiente *Windows* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil), assinale a afirmativa correta.

- A) A instalação de programas não exige permissões administrativas em nenhuma situação.
- B) A atualização de programas deve ser evitada, pois sempre reduz o desempenho do computador.
- C) Programas instalados no *Windows 11* só podem ser removidos com *softwares* externos específicos.
- D) No *Windows 11*, programas podem ser atualizados automaticamente por meio do *Microsoft Store* ou pelo próprio instalador do *software*.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Questão 21

Em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas leis de crédito adicional.
- B) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da LOA.
- C) A LOA poderá consignar dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro mesmo que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.
- D) A LOA deve conter reserva de contingência, que pode ser calculada utilizando-se percentual sobre a receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.



Questão 22

Em relação às receitas públicas, um dos estágios consiste em um ato administrativo que visa à identificação e individualização do contribuinte ou devedor, com os respectivos valores, espécies e vencimentos. Considerando exclusivamente o texto da Lei Federal nº 4.320/1964, tal ato refere-se ao estágio de:

- A) Previsão.
- B) Empenho.
- C) Lançamento.
- D) Arrecadação.

Questão 23

Em relação ao Plano Plurianual (PPA), assinale a afirmativa correta.

- A) É um plano de curto prazo, através do qual procura-se ordenar as ações do governo que levem ao atingimento dos objetivos e metas fixados para o período de um ano.
- B) Conterá Anexo de Riscos Fiscais, no qual serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- C) A lei que o instituir estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes; e para as relativas aos programas de duração continuada.
- D) O PPA tem a finalidade de nortear a elaboração dos orçamentos anuais, compreendidos aqui o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social, de forma a adequá-los às diretrizes, aos objetivos e às metas da Administração Pública.

Questão 24

Em uma auditoria prévia da proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) do município Gama, o técnico municipal de controle interno constatou que determinado órgão da administração direta pretendia registrar, na peça orçamentária, receitas já deduzidas de abatimentos operacionais e despesas líquidas de compensações previamente efetuadas. A justificativa apresentada foi a de conferir maior clareza e simplicidade à execução e ao acompanhamento do orçamento. Diante disso, o Controle Interno da Controladoria-Geral do Município (CGM) apontou a violação de um princípio orçamentário na prática adotada pela administração. Segundo a Lei nº 4.320/1964 e o Manual Técnico de Orçamento (MTO), que estipula as normas gerais de Direito Financeiro, houve a violação do princípio orçamentário do(a):

- A) Unidade.
- B) Totalidade.
- C) Exclusividade.
- D) Orçamento bruto.

Questão 25

No âmbito da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) do município Delta, a Secretaria Municipal de Planejamento propôs um conjunto integrado de políticas públicas: investimentos diretos em infraestrutura urbana e serviços essenciais; ampliação de programas de transferência de renda e concessão de subsídios a grupos socialmente vulneráveis; e adoção de medidas fiscais anticíclicas, com aumento temporário do gasto público e ajustes tributários voltados à mitigação de retração econômica local. A Controladoria-Geral do Município (CGM), por intermédio do técnico municipal de controle interno, analisou as propostas à luz das funções clássicas do orçamento público, com o objetivo de verificar sua adequação teórica e sua coerência com a finalidade econômica da atuação estatal. Em conformidade com a teoria das finanças públicas, NÃO corresponde às funções clássicas do orçamento público a função:

- A) Alocativa.
- B) Distributiva.
- C) Regulatória.
- D) Estabilizadora.



Questão 26

No município Sigma, o prefeito Gabriel autorizou a abertura de dois créditos adicionais no exercício financeiro de 2025, a saber:

- I. Um crédito especial, autorizado por lei municipal publicada em 2 de setembro de 2025, destinado à implantação de novo sistema de controle interno; e
- II. Um crédito extraordinário, autorizado por decreto publicado em 10 de maio de 2025, voltado ao enfrentamento de situação emergencial na rede municipal de saúde.

Ao final do exercício, o técnico municipal de controle interno verificou a existência de saldos não utilizados em ambos os créditos e passou a examinar, sob a ótica constitucional, a possibilidade de reabertura desses saldos e sua incorporação ao orçamento do exercício financeiro de 2026, para fins de controle da legalidade da execução orçamentária. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- A) Apenas o crédito extraordinário autorizado em maio de 2025 poderá ser reaberto em 2026, em razão de sua natureza emergencial, sendo vedada a reabertura do crédito especial.
- B) Nenhum dos créditos poderá ser reaberto em 2026, pois a Constituição restringe a reabertura aos créditos autorizados exclusivamente no último bimestre do exercício financeiro.
- C) Ambos os créditos poderão ser reabertos em 2026, pois créditos especiais e extraordinários admitem reabertura independentemente do momento de sua autorização no exercício.
- D) Somente o crédito especial autorizado em setembro de 2025 poderá ser reaberto em 2026, por ter sido autorizado nos últimos quatro meses do exercício; o crédito extraordinário autorizado em maio de 2025 extingue-se ao final de 2025.

Questão 27

No município Alfa, durante a consolidação das informações para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), o técnico municipal de controle interno foi instado a verificar se a classificação das receitas arrecadadas estava em conformidade com os critérios previstos na legislação orçamentária vigente. Em determinado momento, constatou-se dúvida quanto ao correto enquadramento da receita pública orçamentária por natureza, especificamente quanto à categoria econômica, tendo em vista a existência de outros critérios de classificação utilizados para fins fiscais e gerenciais. Diante desse contexto, após análise, nos termos do Manual Técnico de Orçamento (MTO), o técnico concluiu que a receita pública orçamentária por natureza, quanto à categoria econômica, pode ser classificada como:

- A) Receita primária ou receita financeira.
- B) Receita corrente ou receita de capital.
- C) Receita ordinária ou receita extraordinária.
- D) Receita vinculada ou receita não vinculada.

Questão 28

No município Lambda, a Controladoria-Geral do Município (CGM) examinou determinada dotação destinada a transferências de recursos públicos a entidades privadas sem fins lucrativos, com previsão legal específica, voltada ao custeio de atividades de interesse público. Além disso, o município também pretendia realizar subvenções para cobrir despesas de custeio de empresas de caráter agrícola. Diante disso, o técnico municipal de controle interno foi instado a verificar quais espécies de subvenções são admitidas pelas normas gerais de Direito Financeiro, segundo a nomenclatura legal. Considere as seguintes espécies:

- I. Subvenções sociais.
- II. Subvenções econômicas.
- III. Subvenções financeiras.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, quais são as nomenclaturas expressamente previstas para as espécies de subvenções?

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



Questão 29

O município Ômega, sob a gestão do prefeito Igor, estuda a cessão onerosa de direitos creditórios a uma pessoa jurídica de direito privado ou a um fundo de investimento regulado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A técnica Júlia, da Controladoria-Geral do Município (CGM), recebeu a minuta contratual e deve verificar se cada cláusula proposta atende integralmente aos requisitos legais que regem esse tipo de operação. Considerando as disposições normativas da Lei nº 4.320/1964, assinale a cláusula **INCOMPATÍVEL** com as exigências legais para a cessão onerosa de direitos creditórios pela Administração Pública.

- A) Preservar a natureza do crédito de que se tenha originado o direito cedido, mantendo-se as garantias e os privilégios desse crédito.
- B) Transferir ao cessionário a prerrogativa exclusiva de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos de que se tenham originado os direitos cedidos.
- C) Realizar-se mediante operação definitiva, isentando o cedente de responsabilidade, compromisso ou dívida perante o cessionário, de modo que a obrigação de pagamento dos direitos creditórios cedidos permaneça, a todo tempo, com o devedor.
- D) Manter inalterados os critérios de atualização ou correção de valores e os montantes representados pelo principal, os juros e as multas, assim como as condições de pagamento e as datas de vencimento, os prazos e os demais termos avençados originalmente entre a Fazenda Pública e o devedor.

Questão 30

No município Beta, durante a análise do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), o técnico municipal de controle interno verificou que as dotações orçamentárias estavam organizadas com base em órgãos orçamentários, que agrupam unidades orçamentárias, sendo estas responsáveis pela execução das ações governamentais. Em face dessa forma de organização da despesa, segundo o Manual Técnico de Orçamento (MTO), o critério de classificação adotado é o de:

- A) Classificação institucional.
- B) Classificação programática.
- C) Classificação funcional da despesa.
- D) Classificação da despesa por esfera orçamentária.

NOÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLES INTERNO E EXTERNO

Questão 31

A respeito de controles internos, bem como sobre a Controladoria-Geral da União (CGU), analise as afirmativas a seguir.

- I. A CGU tem por atribuição defender o patrimônio público e incrementar a transparência na gestão por meio de ações de controle interno, de auditoria pública, de correição, de ouvidoria e de prevenção e combate à corrupção.
- II. No papel de órgão central, a CGU exerce a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal, prestando as orientações normativas necessárias.
- III. É missão da CGU promover a integridade e o enfrentamento da corrupção de modo que o governo federal possa entregar políticas e serviços públicos efetivos.
- IV. A fiscalização e a avaliação da execução de programas de governo, inclusive ações descentralizadas de entes públicos e privados custeadas com recursos de orçamento da União, são atribuições da CGU.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.

Questão 32

Em relação às disposições da Constituição Federal de 1988, quanto à tributação e ao orçamento, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A base de cálculo das taxas deve ser, obrigatoriamente, a mesma base de cálculo dos impostos.
- B) Quaisquer alterações na legislação tributária deverão primar pela busca na atenuação de efeitos regressivos dos tributos.
- C) Os impostos terão caráter pessoal e serão graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte sempre que possível.
- D) Os municípios brasileiros podem instituir impostos, taxas e, também, contribuições de melhoria decorrentes de obras públicas.



Questão 33

Considerando as disposições constitucionais a respeito do controle externo, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) No âmbito federal, o controle externo é auxiliado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).
- B) O controle externo é abrangente e inclui a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta.
- C) As ações de controle externo buscam garantir a legalidade; a legitimidade; a economicidade; a transparência na gestão dos recursos públicos, além de combater desvios e irregularidades.
- D) O controle externo deve ser exercido por um órgão externo ao Poder fiscalizado. Por isso, o controle externo, em âmbito federal, estadual e municipal, está sob responsabilidade exclusiva da Câmara dos Deputados e recai sobre os Poderes Executivos e Judiciários de todos os entes federativos.

Questão 34

Sobre controle interno e a Controladoria-Geral do Estado, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A Controladoria-Geral do Estado é órgão integrante da Administração Pública indireta do Poder Legislativo.
- B) A Controladoria-Geral do Estado tem, dentre suas atribuições, a responsabilidade de supervisionar a execução das atividades de auditoria e de controladoria.
- C) A Controladoria-Geral do Estado, por meio de notas técnicas, faz recomendações para os órgãos e para as entidades da Administração Pública Estadual no que se refere à fiscalização contratual para aquisição de bens ou prestação de serviços, consoante normativos legais.
- D) A Controladoria-Geral do Estado dispõe sobre os papéis de trabalho utilizados nas auditorias realizadas pela Subcontroladoria-Geral de Controle Interno, com a finalidade de orientar, coordenar e disciplinar os gestores e servidores públicos na condução dos procedimentos administrativos e de gestão.

Questão 35

A Constituição Federal de 1988 determina, explicitamente, que o Sistema Tributário Nacional (STN) deverá observar os seguintes princípios, EXCETO:

- A) Diversidade e Progressividade.
- B) Transparência e Justiça Tributária.
- C) Simplicidade e Cooperação e Defesa do Meio Ambiente.
- D) Justiça Tributária e Cooperação e Defesa do Meio Ambiente.

Questão 36

O planejamento, uma das fases da auditoria, envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria. Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações contábeis de várias maneiras, EXCETO por:

- A) Auxiliar o auditor a dedicar atenção apropriada às áreas importantes da auditoria, bem como a identificar e a resolver tempestivamente problemas potenciais.
- B) Estabelecer como serão realizados os trabalhos de outros especialistas e auditores em futuras auditorias, independentemente do tipo de auditoria ou trabalho a ser realizado.
- C) Auxiliar o auditor na organização adequada do trabalho de auditoria para que seja realizado de forma eficaz e eficiente e facilitar a direção e a supervisão dos membros da equipe de trabalho.
- D) Ajudar na seleção dos membros da equipe de trabalho com níveis apropriados de capacidade e competência para responderem aos riscos esperados e auxiliar na alocação apropriada de tarefas.

Questão 37

A Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação – busca assegurar o direito fundamental de acesso à informação e, para tanto, estabelece que, EXCETO:

- A) O controle social da Administração Pública deve ser desenvolvido.
- B) O desenvolvimento da cultura de transparência na Administração Pública deve ser fomentado.
- C) As informações de interesse público devem ser divulgadas independentemente de solicitação por parte de quaisquer cidadãos.
- D) Devido à dificuldade de acesso à tecnologia por grande parte da população, a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação deve ser rechaçada.



Questão 38

A fim de dar cumprimento às suas finalidades, à Controladoria-Geral do Município de Manaus (CGM) compete, EXCETO:

- A) Avaliar as situações físico-financeiras dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo municipais; realizar a gestão do Portal da Transparência de todos eles.
- B) Adotar medidas que visem à racionalização dos gastos públicos em busca de proporcionar economia e redução de custos com a máquina administrativa; realizar auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais.
- C) Emitir Relatório e Certificado de Auditoria relativos à Prestação de Contas do Prefeito e dos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa da prefeitura de Manaus; realizar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos municipais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados.
- D) Fiscalizar e controlar as áreas patrimonial, financeira, operacional, orçamentária, contábil, de pessoal e programas de governo da administração direta e indireta, auxiliando os órgãos de Controle Externo no exercício de suas atuações, além de exercer o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres do Município.

Questão 39

No âmbito do Poder Executivo do município de Manaus, no que se refere à regulamentação sobre o acesso às informações, os cidadãos têm direito de obter orientação sobre os procedimentos necessários para a consecução de acesso e, também, ciência quanto ao local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada. Em relação às informações a serem obtidas com base no Decreto Municipal nº 4.157/2018, que regulamenta o acesso à informação, trata-se de tema NÃO amparado por referido Decreto:

- A) Informações sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as informações relativas à política, organização e serviços.
- B) Informações pertinentes à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitações e contratos administrativos.
- C) Dados relativos à implementação, ao acompanhamento e aos resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades, bem como metas e indicadores propostos.
- D) Informações relativas ao andamento de sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares (PADs), pelos quais estão respondendo servidores públicos municipais, incluindo o motivo de abertura das sindicâncias e/ou PADs.

Questão 40

Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) disponibilizam aos seus usuários informações sobre situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa, informação orçamentária e cumprimento da legislação relativa à captação e à utilização de recursos públicos, resultado da prestação de serviços, informações financeiras e não financeiras prospectivas, além de informações explicativas. Com base nas informações disponibilizadas e, ainda, sobre controle interno e controle externo, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público podem utilizar as referidas informações para subsidiar as avaliações das seguintes questões, EXCETO:

- A) Verificar se a entidade prestou serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz.
- B) Apurar se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.
- C) Compreender a extensão na qual a carga tributária, que recai apenas sobre os gestores públicos municipais, tem mudado.
- D) Apurar quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 41

A Constituição consiste no conjunto de normas fundamentais e supremas, que podem ser escritas ou não, responsáveis pela criação, estruturação e organização político-jurídica de um Estado. Quanto à sua classificação, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é:

- A) Formal; analítica; dogmática; e dirigente.
- B) Material; sintética; eclética; e outorgada.
- C) Formal; prolixa; ortodoxa; e democrática.
- D) Dualista; semirrígida; semântica; e popular.



Questão 42

No tocante à competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, analise as afirmativas a seguir.

- I. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre desapropriação.
- II. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo.
- III. Compete privativamente à União legislar sobre direito econômico.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) II e III.

Questão 43

A Constituição Federal de 1988 disciplina a organização político-administrativa do Estado brasileiro, estabelecendo regras específicas sobre o Distrito Federal, os Territórios Federais e a repartição de competências legislativas. À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A) Da mesma forma que o Distrito Federal, os Territórios Federais não podem ser divididos em municípios.
- B) Os Territórios Federais integram a União e possuem representação no Senado Federal, assim como o Distrito Federal.
- C) Os Territórios Federais e o Distrito Federal são entes federativos dotados de autonomia política, administrativa e legislativa.
- D) Compete privativamente à União legislar sobre os vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.

Questão 44

Luísa foi contratada pela Administração Pública municipal para exercer função administrativa, mediante contrato por prazo determinado de doze meses. Durante a vigência do contrato, foi nomeada para exercer cargo em comissão, sendo posteriormente exonerada após comunicar à Administração que estava grávida. À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) Luísa não possui direito à licença-maternidade nem à estabilidade provisória, em razão da natureza precária do contrato por prazo determinado.
- B) Luísa possui direito à estabilidade provisória, mas não à licença-maternidade, diante da inexistência de vínculo efetivo com a Administração Pública.
- C) Luísa possui direito à licença-maternidade, mas não à estabilidade provisória, pois a contratação por prazo determinado impede a garantia de permanência no serviço público.
- D) Luísa possui direito à licença-maternidade de cento e vinte dias e à estabilidade provisória, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, ainda que tenha sido contratada por prazo determinado ou tenha ocupado cargo em comissão.

Questão 45

A Constituição Federal de 1988 estabelece, logo em seu início, os fundamentos que estruturam o Estado brasileiro e orientam toda a sua organização político-jurídica. À luz da Constituição Federal, assinale um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

- A) Pluralismo político.
- B) Independência nacional.
- C) Prevalência dos direitos humanos.
- D) Erradicação da pobreza e da marginalização.

Questão 46

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), organismo internacional do qual o Brasil é membro, ajuizou ação judicial em face de uma pessoa física domiciliada no Brasil, visando à discussão de direito decorrente de relação jurídica estabelecida em território nacional. À luz da Constituição Federal de 1988, a competência para processar e julgar a demanda cabe ao(à):

- A) Supremo Tribunal Federal.
- B) Superior Tribunal de Justiça.
- C) Justiça Federal de primeiro grau.
- D) Tribunal Regional Federal da Região onde a pessoa é domiciliada.



Questão 47

Com base na Constituição Federal de 1988, no que se refere ao Presidente da República e aos Ministros de Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- II. O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pela Câmara dos Deputados.
- III. Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a extinção de órgãos, funções ou cargos públicos, quando vagos.
- IV. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de 21 anos e no exercício dos direitos políticos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 48

Considerando que a Constituição Federal de 1988 disciplinou o processo legislativo, prevendo, dentre as espécies normativas, a lei delegada, que apresenta peculiaridades quanto à iniciativa, aos limites materiais e ao controle pelo Poder Legislativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. A lei delegada é elaborada pelo Presidente da República, mediante delegação do Congresso Nacional, na forma e nos limites estabelecidos em resolução.
- II. Não podem ser objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os atos de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, bem como matérias reservadas à lei complementar.
- III. A resolução do Congresso Nacional que delega poderes ao Presidente da República pode prever a apreciação do projeto de lei delegada pelo próprio Congresso, que poderá aprová-lo ou rejeitá-lo.
- IV. A lei delegada, após editada pelo Presidente da República, depende de sanção do Congresso Nacional para produzir efeitos jurídicos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, III e IV.

Questão 49

A Constituição Federal de 1988 estabelece regras específicas aplicáveis ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional que venha a exercer mandato eletivo, disciplinando o afastamento do cargo, a percepção de remuneração, a contagem do tempo de serviço e os efeitos previdenciários. À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A) O servidor investido no mandato de Prefeito será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedada a opção pela remuneração do cargo efetivo.
- B) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- C) O servidor investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, poderá perceber simultaneamente as vantagens de seu cargo, emprego ou função e a remuneração do cargo eletivo.
- D) O servidor investido em mandato eletivo federal, estadual ou distrital permanecerá no exercício de seu cargo, emprego ou função, percebendo cumulativamente a remuneração do cargo efetivo e do mandato eletivo.



Questão 50

Ana exerce o cargo público de enfermeira em hospital federal e, simultaneamente, ocupa o cargo de professora em universidade estadual, ambos regularmente providos mediante concurso público. A soma das jornadas semanais dos dois vínculos ultrapassa sessenta horas e, além disso, a soma das remunerações percebidas excede o teto constitucional previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal de 1988. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) A acumulação é ilícita, pois a Constituição Federal somente autoriza a acumulação de cargos quando ambos os vínculos pertencem à área da saúde.
- B) Na acumulação lícita, o servidor não poderá perceber remuneração total superior ao teto constitucional, devendo ser considerado o somatório dos ganhos dos cargos acumulados.
- C) A acumulação é vedada, pois a jornada semanal superior a sessenta horas viola o limite máximo previsto na legislação infra-constitucional, ainda que haja compatibilidade de horários.
- D) A acumulação é constitucionalmente admitida, desde que haja compatibilidade de horários, não se aplicando limite máximo de sessenta horas semanais, cuja aferição compete à Administração Pública.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 51

Os princípios da Administração Pública constituem o alicerce normativo e interpretativo de toda a atuação estatal, funcionando como parâmetros que orientam o exercício da função administrativa e delimitam o espaço de atuação dos agentes públicos. Acerca da matéria, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pelo princípio da indisponibilidade do interesse público, no caso de uma colisão do interesse público com interesses privados, deve-se sempre prevalecer o interesse público.
- II. O princípio da legalidade administrativa implica que a Administração Pública pode fazer tudo aquilo que a lei não proíbe.
- III. Os cargos políticos do Poder Legislativo e do Poder Executivo municipal têm caráter temporário e transitório, motivo pelo qual não se justifica a concessão de qualquer benefício a ex-ocupante do cargo de forma permanente, sob pena de afronta aos princípios da igualdade, impessoalidade, moralidade pública e responsabilidade com gastos públicos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.

Questão 52

A reforma promovida pela Lei nº 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/1992 – representou uma das mais profundas revisões do regime sancionador aplicado aos agentes públicos desde a redemocratização. Dessa forma, após a reforma da Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que:

- A) Somente os atos de enriquecimento ilícito exigem dolo.
- B) Todos os atos de improbidade exigem dolo, exceto os de lesão ao erário.
- C) A culpa grave volta a ser suficiente para caracterização de ato de improbidade.
- D) Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na Lei de Improbidade, não bastando a voluntariedade do agente.

Questão 53

O planejamento assume papel absolutamente central na Lei nº 14.133/2021, representando uma das principais mudanças de paradigma em relação ao regime anterior. Se, nas leis antigas, muitas vezes o planejamento era tratado como uma etapa apenas formal ou acessória, a nova lei o torna eixo estruturante de toda a contratação pública. Assim, na fase preparatória da licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, é obrigatório:

- A) Elaborar o Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- B) Publicar o edital antes do termo de referência.
- C) Fazer audiência pública em toda licitação acima de R\$ 1 milhão.
- D) Realizar pesquisa de preços exclusivamente em bancos de preços oficiais.



Questão 54

As três formas de improbidade administrativa previstas na Lei nº 8.429/1992 – e mantidas pela reforma da Lei nº 14.230/2021 – são: enriquecimento ilícito, lesão ao erário e violação aos princípios da Administração Pública. Nessa toada, segundo a redação atual da Lei nº 8.429/1992, o dano ao erário:

- A) Pode decorrer de culpa simples.
- B) Sempre admite responsabilidade objetiva.
- C) Deve ser presumido quando há violação a princípios.
- D) Deve ser comprovado, não sendo admitido dano presumido.

Questão 55

Sobre a duração dos contratos administrativos regidos pela Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.
- II. A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.
- III. O contrato que prever a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter vigência máxima de vinte anos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 56

Considere, hipoteticamente, que determinada empresa apresentou documentação falsa para vencer uma licitação. A esse respeito, a Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos – prevê como possível sanção:

- A) Apenas multa.
- B) Apenas advertência.
- C) Impedimento de licitar e contratar por até quatro anos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção.
- D) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

Questão 57

Determinado servidor comete falta funcional leve prevista em regulamento. O superior imediato aplica rapidamente uma sanção de suspensão de trinta dias, sem processo administrativo e sem análise da proporcionalidade. Nesse contexto, a conduta da Administração é:

- A) Regular, pois a suspensão é compatível com faltas leves.
- B) Irregular, pois houve violação ao devido processo e à proporcionalidade.
- C) Regular, pois a Administração pode aplicar sanções disciplinarmente sem processo prévio.
- D) Irregular, apenas porque a punição deveria ter sido mais severa, considerando a necessidade de disciplina interna.

Questão 58

Uma fundação estatal de direito privado deseja contratar todo seu quadro de pessoal sem concurso, alegando que seu regime é inteiramente privado. Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que a contratação é:

- A) Permitida, desde que haja autorização do chefe do Poder Executivo.
- B) Permitida, pois fundações estatais seguem integralmente o regime CLT.
- C) Proibida, uma vez que os entes da Administração Pública indireta são pessoas jurídicas de direito público.
- D) Proibida, pois fundações públicas de direito privado, por integrarem a Administração, devem, como regra, realizar concurso público.



Questão 59

Uma ambulância pública, conduzida de forma regular, colide com veículo particular após um terceiro motorista avançar o sinal vermelho e empurrar totalmente o carro contra a ambulância. O proprietário do veículo particular aciona o Estado pedindo indenização. Nesse caso, de acordo com o regime de responsabilidade civil do Estado:

- A) O Estado deve indenizar, pois sua responsabilidade é objetiva e independe denexo causal.
- B) O Estado não deve indenizar, pois houve culpa exclusiva de terceiro, rompendo onexo causal.
- C) O Estado deve indenizar, mas poderá cobrar regressivamente mesmo sem demonstrar dolo ou culpa do agente público.
- D) O Estado não deve indenizar, cabendo a responsabilização recair diretamente sobre o agente público que estava conduzindo a ambulância.

Questão 60

As agências reguladoras representam um dos pilares da organização administrativa contemporânea, surgindo como respostas institucionais à crescente complexidade técnica dos serviços públicos e dos mercados regulados, bem como ao movimento político-econômico das privatizações. Assim, em relação às agências reguladoras, assinale a afirmativa correta.

- A) As agências reguladoras não integram a administração indireta.
- B) As agências reguladoras não se submetem ao regramento das licitações da Lei nº 14.133/2021.
- C) As agências reguladoras possuem autonomia absoluta e não se submetem ao controle externo.
- D) A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada, entre outros aspectos, pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 61

Em 2026, a autarquia de previdência municipal de Manaus, entidade da Administração Pública indireta, iniciou a implementação de um novo sistema de gestão de recursos. Em razão disso, a Controladoria-Geral do Município (CGM) acionou a Unidade de Controle Interno da autarquia para fornecer, com urgência, para fins de auditoria, processos e documentos detalhados sobre as operações de crédito, avais e garantias do município de Manaus que envolvessem o Instituto. O servidor público municipal responsável pelo setor de controle interno da autarquia recusou-se a fornecer a documentação solicitada, alegando que a autarquia detém autonomia. Com base na Lei Municipal nº 3.546/2025, assinale a afirmativa correta.

- A) O Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo não inclui formalmente as Unidades de Controle Interno das entidades da Administração indireta, que são apenas subordinadas tecnicamente à CGM.
- B) A CGM não tem competência para fiscalizar a entidade de previdência municipal, por ser uma autarquia, e a fiscalização de suas operações de crédito, avais e garantias é de competência exclusiva do Tribunal de Contas do Estado (TCE).
- C) A recusa do servidor configura obstáculo à atuação da CGM e o expõe à pena de responsabilidade administrativa, civil e penal, já que nenhum processo, documento ou informação pode ser sonegado aos servidores da CGM no exercício de suas atribuições inerentes às funções de auditoria.
- D) A recusa do servidor da autarquia é justificada, pois as Unidades de Controle Interno das autarquias não têm subordinação técnica à CGM e tampouco subordinação administrativa e hierárquica; logo, o Controlador-Geral não tem prerrogativa legal para requisitar diretamente documentos da autarquia.

Questão 62

O Prefeito de Manaus deseja realizar a primeira nomeação para uma nova carreira de servidores e promover a criação de novos cargos no município. Para que essas ações sejam implementadas no próximo ano, a Secretaria responsável pelas finanças públicas precisa garantir que as autorizações legislativas necessárias estejam nos instrumentos orçamentários corretos e que o processo respeite as vedações constitucionais e orgânicas. Com base exclusivamente na Lei Orgânica do Município de Manaus, sobre os instrumentos de planejamento e as vedações aplicáveis à gestão orçamentária, assinale a afirmativa correta.

- A) Os projetos de lei de natureza orçamentária (PPA, LDO e LOA) são de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, e a LOA deve estimar as receitas do Tesouro Municipal, excluindo as renúncias fiscais.
- B) A Lei Orçamentária Anual (LOA) não pode conter autorização para abertura de créditos suplementares, pois esta se enquadra na vedação de conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa.
- C) É permitida, por expressa autorização legal e em qualquer hipótese, a vinculação da receita do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); tal permissão não alcança outros tributos e transferências estaduais e federais.
- D) A autorização para a concessão de aumento de remuneração e a criação dos novos cargos deve constar, obrigatoriamente, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que tem, entre suas funções, orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).



Questão 63

Um auditor municipal de controle interno da Controladoria-Geral do Município (CGM) de Manaus está revisando três planos de trabalho de auditoria distintos, com as seguintes características e motivações, conforme determinado pela chefia:

Plano A: Visa acompanhar e avaliar a conformidade da execução orçamentária, financeira e patrimonial de despesas e receitas, com o objetivo de verificar a efetividade da gestão pública dos programas governamentais, bem como a consistência dos mecanismos de controle interno adotados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) ao longo do exercício fiscal em curso.

Plano B: Foi determinado pelo Prefeito em caráter de urgência, para investigar, especificamente, um ato de gestão sobre a aquisição de determinado componente patrimonial de alto valor por uma Autarquia municipal, devido a uma denúncia de suposto superfaturamento.

Plano C: Consiste na avaliação da execução do Programa Anual de Trabalho de uma Fundação municipal, a ser realizada no decorrer do exercício financeiro.

Com base exclusivamente nas formas de atuação da Controladoria-Geral do Município (CGM), conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 4.764/2020, qual a correta classificação dos tipos de auditoria correspondentes aos Planos A, B e C, respectivamente?

- A) Plano A: Auditoria Especial; Plano B: Auditoria de Acompanhamento; Plano C: Auditoria de Gestão.
- B) Plano A: Auditoria de Gestão; Plano B: Auditoria Especial; Plano C: Auditoria de Acompanhamento.
- C) Plano A: Auditoria de Acompanhamento; Plano B: Auditoria de Gestão; Plano C: Auditoria Especial.
- D) Plano A: Auditoria de Gestão; Plano B: Auditoria de Acompanhamento; Plano C: Auditoria Especial.

Questão 64

Um grupo de vereadores da Câmara Municipal de Manaus desejava formalizar, com força de lei, três atos distintos: a criação de uma nova gratificação de serviço para os servidores da Procuradoria-Geral do Município; o aumento de despesa em um projeto de lei de iniciativa exclusiva do prefeito; e a revogação de um ato normativo do Poder Executivo que exorbitava os limites do poder regulamentar. A equipe de consultoria legislativa da Câmara informou que, para cada um desses objetivos, deveria ser utilizada a espécie normativa adequada, conforme a Lei Orgânica. Com base exclusivamente na referida lei, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para criar a gratificação de serviço para os servidores da Procuradoria-Geral do Município, a espécie normativa adequada é a Lei Complementar, cuja iniciativa cabe a qualquer vereador, já que a matéria não trata da criação de cargos, mas sim de remuneração.
- II. Não será admitido qualquer aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do prefeito municipal, ressalvados, neste caso, os projetos de leis orçamentárias.
- III. Para revogar o ato normativo do Poder Executivo que excedeu os limites regulamentares, a espécie normativa pertinente é a Resolução, pois produzirá efeitos externos à Câmara.
- IV. Se a Câmara desejasse, em vez de revogar o ato, apenas regular matéria político-administrativa de sua competência exclusiva, a espécie adequada seria um Decreto Executivo.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
- B) III e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, II e IV.

Questão 65

O servidor Mário, responsável pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal de Manaus, descobriu que o Tesoureiro realizou despesas sem a devida comprovação legal, ferindo o princípio da legalidade. Mário, então, informou o fato à autoridade superior e buscou saber qual é sua obrigação legal e a consequência para si, caso se omita. Com base na Lei Orgânica do Município de Manaus, assinale a afirmativa correta.

- A) Mário tem a obrigação de dar ciência da irregularidade diretamente ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), sob pena de responsabilidade solidária pelas ocorrências ilegais.
- B) O sistema de controle interno não se aplica aos órgãos do Poder Executivo que sejam entidades da Administração indireta ou fundacional, pois estes possuem controle externo do Tribunal de Contas.
- C) Ao tomar conhecimento da ilegalidade, Mário deve apenas comunicar o fato à autoridade superior de sua repartição, pois a comunicação ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) é responsabilidade exclusiva do prefeito.
- D) O sistema de controle interno do Poder Executivo tem como função apenas avaliar o cumprimento das metas do Plano Plurianual (PPA), sendo o Tribunal de Contas o único responsável pela comprovação da legalidade das despesas.



Questão 66

Sobre o sistema de controle interno e auditoria do município de Manaus, analise as afirmativas a seguir.

- I. Estão sujeitos ao sistema de controle interno a cargo da Controladoria-Geral do Município (CGM) os serviços industriais, financeiros e comerciais explorados pelo município.
- II. O sistema é composto por serviços de controle interno de unidade setorial e serviços de controle interno de unidade seccional, que são respectivamente as unidades de controle de órgãos da administração indireta e de órgãos da administração direta.
- III. Compete à Controladoria-Geral do Município (CGM) o gerenciamento, como órgão central, do sistema de controle interno e de auditoria no âmbito do Poder Executivo.
- IV. Uma das formas de atuação da Controladoria-Geral do Município (CGM) é por meio de consulta, orientação e normatização, instrumentos que visam disciplinar e uniformizar os procedimentos de controle interno no âmbito da administração direta; tais instrumentos não alcançam a administração indireta, autárquica e fundacional, considerando a autonomia legislativa e financeira de tais entidades.

De acordo com o que dispõe o Decreto Municipal nº 4.764/2020, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 67

Com base exclusivamente no Decreto Municipal nº 6.153/2025 – Código de Conduta Ética, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O referido Código estabelece padrões de condutas aplicáveis aos agentes públicos de órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta do Poder Executivo municipal; suas disposições não alcançam os agentes integrantes da chamada “Alta Administração”, tais como o prefeito e secretários, os quais se submetem exclusivamente à Lei de Improbidade Administrativa.
- () O descumprimento do Código de Conduta Ética poderá acarretar sanções de advertência verbal ou repressão, e a aplicação de mais de uma advertência no mesmo período de avaliação de desempenho configura uma violação grave aos preceitos do Código.
- () Da decisão final em Processo Ético aplicada pela Comissão de Ética Setorial/Seccional, caberá, em ordem, recurso à Comissão-Geral de Ética Pública (CoGEP), e pedido de Reconsideração à instância responsável pela abertura do processo ético.
- () A competência para aplicar as sanções é da Comissão-Geral de Ética Pública (CoGEP), independentemente do cargo do servidor, cabendo exclusivamente a esta, ainda, suprir qualquer omissão do Código de Ética mediante a invocação dos princípios que regem a Administração Pública.

A sequência está correta em

- A) V, F, V, V.
- B) V, F, F, V.
- C) F, V, V, F.
- D) F, V, F, F.

Questão 68

Um novo servidor público municipal está em fase de ambientação e questiona o Controlador-Geral Adjunto sobre o propósito essencial da Controladoria-Geral do Município (CGM), além das atividades rotineiras de auditoria. O Controlador-Geral Adjunto explica que a CGM é um órgão de gestão institucional permanente, integrante da Administração Direta, e que seu papel transcende a simples fiscalização, estando focado em objetivos estratégicos e institucionais. Considerando a Lei Municipal nº 3.546/2025, assinale a afirmativa que corretamente se enquadra nas previsões legais acerca da competência da CGM.

- A) Exercício do controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres do município.
- B) Realização de auditorias sobre a gestão dos recursos públicos municipais sob a responsabilidade de quaisquer órgãos e entidades, exceto se privados.
- C) Emissão de Relatório e Certificado de Auditoria relativos à Prestação de Contas dos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa da prefeitura de Manaus, exceto as contas do Prefeito, cuja competência recai sobre a Assembleia Legislativa.
- D) Fiscalização e controle das áreas patrimonial, financeira, operacional, orçamentária e contábil da Administração direta e indireta, excluídas as áreas de pessoal e programas de governo, que são competência exclusiva dos órgãos de Controle Externo.



Questão 69

O Controlador-Geral do Município de Manaus precisa emitir uma determinação para que a unidade responsável por manter atualizado o Manual de Auditoria da Controladoria-Geral do Município (CGM) e a unidade encarregada da Gerência de Gestão de Transporte coordenem esforços em um novo projeto. Analisando a estrutura organizacional aprovada pelo Decreto Municipal nº 4.764/2020, em quais departamentos as unidades citadas estão alocadas, respectivamente?

- A) Departamento de Administração e Finanças (DAF) e Departamento de Controladoria (DECONT).
- B) Departamento de Controladoria (DECONT) e Departamento de Auditoria Interna Governamental (DAIGOV).
- C) Departamento de Auditoria Interna Governamental (DAIGOV) e Departamento de Controladoria (DECONT).
- D) Departamento de Administração e Finanças (DAF) e Departamento de Auditoria Interna Governamental (DAIGOV).

Questão 70

Sobre a Lei Municipal nº 1.118/1971 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus, assinale a afirmativa correta.

- A) Uma das formas de vacância é a exoneração, que possui caráter de penalidade.
- B) A pena de demissão simples importa na impossibilidade definitiva de reingresso do indivíduo nos quadros do serviço público municipal.
- C) É vedado ao servidor pleitear como procurador ou intermediário, junto às repartições públicas municipais, inclusive quando se tratar de percepção de vencimento ou vantagens de quaisquer parentes.
- D) Caso a conduta de determinado servidor esteja sendo objeto de apuração em processo administrativo, este só poderá ser exonerado a pedido após a conclusão definitiva do referido processo administrativo a que estiver respondendo, e desde que reconhecida a sua inocência.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

